

Esfera pública, tecnologia e reconfiguração da identidade individual

Public sphere, Technology and Reconfiguration of the Individual's Identity

Filomena Serrazina*

*ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Resumo

O objectivo deste trabalho é reflectir sobre a relação entre tecnologias de informação e comunicação, esfera pública e esfera privada, questionando se a hipertrofia do indivíduo que decorre da modernidade está ou não directamente relacionada com a “queda do homem público”. Partindo da constatação de que o actual sistema político democrático sofre de um *deficit* de participação, as tecnologias de informação e comunicação são identificadas como o primeiro requisito necessário à participação, embora reconhecendo os factores de exclusão associados a essas mesmas tecnologias. A literacia digital é identificada como o segundo requisito, representando a passagem da esfera do “poder participar” para a esfera do “saber participar”. A partir destas duas vertentes, verifica-se a emergência de um outro problema ligado à participação, a saber, a ausência de vontade individual para essa mesma participação. Para contrariar a tendência de afastamento dos indivíduos face ao bem comum, é enfatizado o papel da comunicação, da linguagem e, por inerência, dos próprios *media*, bem como o surgimento de outras dinâmicas de participação relacionadas com ambientes informais, que deve ser valorizado e estimulado. Considerando que a participação cívica extravasa as dimensões tecnológica e educacional, conclui-se pela necessidade de adoptar políticas concertadas de envolvimento, construção de identidades, integração e responsabilização dos indivíduos que permitam fazer corresponder à reconfiguração dos indivíduos na sociedade, uma reconfiguração da própria esfera pública e por inerência, promovam uma maior participação democrática.

Palavras-chave: Indivíduo; Comunidade; Participação; Cidadania; Tecnologia; Literacia Digital; Identidade; Envolvimento.

Abstract

The intention of this paper is to reflect about the relation between the communication and information technologies and the public and private sphere by questioning wheatear the hypertrophy of the individual inherent to the modernity period is or is it not directly related to “the fall of the public man”. Considering that the current democratic political system suffers from a participation deficit, information and communication technologies are identified as the first necessary requirement for participation, although it is recognized the exclusion factors also associated to these technologies. Digital literacy is identified as the second requirement, representing a move from “being able to participate” to “knowing how to participate”. From these two strands, another related problem emerges, which is the lack of individual will for that same participation. To counteract this individual tendency of alienation from the common good, it is emphasized the role of communication, language and the media themselves, as well as the emergence of other dynamics of participation, related to informal environments, which should be valued and stimulated. Considering that civic participation goes beyond the technological and educational dimensions, the conclusion is that we need to take concerted policies of engagement, construction of identities, integration and empowerment of individuals, which allows matching the reconfiguration of the individual in society with the reconfiguration of the public sphere itself and, inherently, promote an increased democratic participation.

Keywords: Individual; Community; Participation; Citizenship; Technology; Digital Literacy; Identity; Engagement

INTRODUÇÃO: HIPERTROFIA DO INDIVÍDUO, FIM DA ESFERA PÚBLICA, DEFICIT DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

“Conhece-te a ti mesmo” é uma frase estruturante da filosofia socrática e apenas uma abordagem superficial poderá considerá-la como algo simples de concretizar. A leitura dos textos de Platão facilmente nos faz compreender que a tarefa proposta é tão complexa quanto o próprio indivíduo que se deverá (re)conhecer ao assumir a sua concretização. Se considerarmos por momentos uma analogia com a nossa própria biologia, talvez possa ajudar-nos nestas primeiras considerações e no esforço de compreender como é na verdade difícil conhecermo-nos a nós próprios: também o nosso aparelho ocular apenas vê o mundo exterior, e só nos conseguimos ver, ao nosso corpo, enquanto elementos desse mundo exterior. Não temos olhos para ver por dentro. Para isso, temos que contar com o olhar dos outros.

É por isso também fundamental a ideia presente na filosofia Platónica, mas também em outros pensadores ao longo da história¹, de que o indivíduo só faz sentido enquanto elemento de uma comunidade e que, ao pensar-se a si próprio, pense também (n)os outros e a comunicação com estes. O sentido da existência de qualquer indivíduo está por isso intimamente ligado à existência de uma comunidade da qual se faz parte, numa perspectiva naturalista do indivíduo enquanto cidadão.

Existem é claro, abordagens críticas a esta forma de entender o indivíduo e a comunidade. Sem pretendermos ser exaustivos na referência a essas abordagens, outros autores identificam a vivência em comunidade como algo de construído e cujo objectivo é a sobrevivência individual, sendo que, em alguns casos, essa é a única forma de garantir que não prevalecem as características mais negras e potencialmente destruidoras dos próprios indivíduos². Noutros casos³, entende-se essa construção de uma entidade artificial, que resulta dos pactos sociais e da política, como um factor que muitas vezes contribui para o constrangimento das próprias liberdades individuais.

No contexto do presente trabalho procuraremos reflectir sobre a relação entre os conceitos de esfera pública e esfera privada partindo deste pressuposto filosófico de que a pertença a uma comunidade é algo de estruturante no indivíduo e fundamental para o sentido da sua própria existência. Analisaremos a reconfiguração do indivíduo à luz dos vários fenómenos que caracterizam a modernidade, desde logo a própria globalização, mas sobretudo o desenvolvimento tecnológico a ela associado. Esta reflexão irá abordar a questão da (crise da) participação, procurando demonstrar que da reconfiguração do indivíduo, é indissociável a reconfiguração do próprio conceito de cidadania e das práticas que lhe estão inerentes.

Para a análise que nos propomos realizar, adoptaremos o conceito de esfera pública preconizado por Habermas, enquanto espaço de discussão racional, livre e de troca de conhecimentos entre cidadãos informados e disponíveis para a participação. Quanto à esfera privada, parece-nos de especial interesse e

¹ Aristóteles e Locke, por exemplo.

² Thomas Hobbes será talvez o exemplo mais paradigmático. O *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago, será talvez das obras literárias que melhor consubstanciam a ideia de que “o homem é o lobo do homem”.

³ Rousseau, Stuart Mill.

relevância considerar a prevalência crescente do indivíduo e dos seus valores na sociedade, enquanto uma das características mais próprias da modernidade. Autores como Anthony Giddens⁴ referem que, se em tempos pré-modernos a identidade de uma qualquer sociedade estava imbuída de uma forte consciência de grupo, baseada nos valores transmitidos pela história e pela tradição, hoje em dia, consequência também da globalização, são múltiplas as referências possíveis e cada indivíduo é responsável pela construção da sua própria identidade, podendo ter por base quaisquer umas dessas referências, o que leva mesmo alguns autores a falar de um "*homo individualis*" e de uma "vida à escolha"⁵. A este fenómeno histórico estão intimamente ligados outros factores que também abordaremos, designadamente a comunicação e os novos media, a própria linguagem e os impactos que esta reconfiguração do indivíduo tem na participação na vida pública.

Será que esta hipertrofia do indivíduo que decorre do período histórico em que vivemos está directamente relacionada com a "queda do homem público" e a consideração de que os próprios espaços públicos tendem a desaparecer?⁶ Poderemos atribuir à tendência para valorizar cada vez mais os aspectos da vida quotidiana individual, o motivo fundamental que está por trás da desistência do indivíduo da sua vertente cidadã, "(...) numa apatia pela discussão e pelos deveres de cidadão, juntamente com representações negativas sobre os próprios representantes do poder político, num progressivo afastamento entre a política e o cidadão"⁷? Ainda que a resposta não seja tão fácil de encontrar quanto a pergunta de formular, parece consensual a noção de que o sistema político, em particular o democrático, sofre nos nossos dias de um *deficit* de participação. "(...) os problemas da democracia podem ser entendidos, numa larga escala, precisamente por consistirem num muito reduzido envolvimento cívico e pouca preocupação pelo bem público."⁸ Quais as razões inerentes a este facto? Parece-nos que a atribuição exclusiva de responsabilidades ao processo histórico da globalização, assim como à emergência dos *media* e de novas tecnologias, que "empurram" o indivíduo para uma existência desprovida de dedicação ao bem comum, são claramente insuficientes. Reconhecemos é claro o poder de influência destes processos e não desvalorizamos também aspectos relacionados, por exemplo, com as condições de acesso aos meios tecnológicos ou a literacia digital necessária para que a participação na vida pública possa verificar-se. Mas é nosso propósito chamar também a atenção para um plano mais profundo desta problemática, directamente relacionada com a construção da identidade individual, que aparentemente passou a menosprezar o cultivo do "homem público": "essencialmente, o argumento é que para se poder agir enquanto cidadão, para participar numa cidadania adquirida, é necessário que um indivíduo se veja como

⁴ GIDDENS, 1994

⁵ LIPOVETSKY e SERROY, 2008: 60

⁶ NASCIMENTO, 2003 e RUBIO, 2009

⁷ NASCIMENTO, 2003: 2

⁸ DAHLGREN, 2009: 67

cidadão (...)”⁹ Será talvez este facto, mais do que qualquer outro, aquele que, em última instância, contribui para o fim da participação na política e na democracia: não se vendo a si próprio como cidadão, o indivíduo não tem motivação para a participação na vida pública.

Parece-nos importante, contudo, considerar que à crise identificada como apatia e desinteresse pelo espaço público não corresponde necessariamente uma atitude de passividade relativamente aos próprios sujeitos. O “cidadão individualizado”¹⁰ também se caracteriza pela complexidade e por uma construção identitária que conjuga de forma diferenciada os espaços reais e virtuais. Parece-nos por isso apenas aparente, e no mínimo discutível, a passividade do *homo individualis*¹¹, podendo esta postura contribuir para menosprezar a complexidade e a diversidade de cada sujeito, deixando de lado aspectos importantes para esta problemática. “(...) esta condição imagética de indivíduos auto-centrados, passivos, atomizados e alienados, que não podem responder às interpelações e informações transmitidas pelos media, e que se caracterizam essencialmente pelas suas práticas de consumo, apresenta-se como redutora em face de processos complexos de construção e apresentação identitária.”¹²

Tal como procuraremos desenvolver ao longo deste trabalho, e partindo do princípio de que é importante que exista um incremento da participação dos indivíduos na vida pública, não só para a existência da esfera pública, mas também para uma vida pessoal mais plena, e de resto para a própria continuidade da democracia, consideramos que as soluções para o aumento da participação dos indivíduos não se esgotam no desenvolvimento dos recursos tecnológicos. Assentam em grande parte no conhecimento mas também, e sobretudo, no envolvimento individual¹³, na reconfiguração do indivíduo que lhe permita voltar a ver-se enquanto cidadão. Nesse sentido, colocam-se questões mais profundas em termos de construção identitária e de sentimentos de pertença alargados a uma esfera mais abrangente do que apenas à singularidade do próprio pensamento. A par do envolvimento, a identidade cultural, a par dessa identidade, a cooperação, que mais não é do que o sentimento de solidariedade face aos outros. O problema da participação democrática é histórico, é tecnológico, é sociológico e é educativo, mas também é um problema ontológico. “Conhece-te a ti mesmo” parece assim continuar a fazer todo o sentido nos nossos dias.

⁹ DAHLGREN, 2009: 63

¹⁰ ANDERSEN e KRISTENSEN, 2006

¹¹ LIPOVETSKY e SERROY, 2008

¹² NASCIMENTO, 2003: 3

¹³ Adoptamos a palavra “envolvimento” como tradução possível para “engagement”, apesar das limitações que lhe reconhecemos face a um significado mais abrangente da palavra inglesa.

RECURSOS TECNOLÓGICOS, (NOVA?) ESFERA PÚBLICA

Podem as TIC (tecnologias de informação e comunicação) contribuir para uma nova esfera pública, tendo em conta a sua capacidade para ultrapassar os limites do espaço e do tempo? É certo que, se nos ativermos sobre as possibilidades de participação que decorrem dos meios tecnológicos de comunicação e informação hoje em dia disponíveis, não podemos deixar de reconhecer as potencialidades de acesso à informação, a multiplicidade de meios, as possibilidades de comunicação entre cidadãos que decorrem da existência dos novos media, designadamente da Web 2.0. Acreditamos que esta potencialidade dialógica pode ser de facto um motor para mais participação, embora tenhamos presente que, nas circunstâncias actuais, a universalidade do acesso está ainda muito longe de ser alcançada, motivo pelo qual a Web pode ser simultaneamente considerada enquanto factor de inclusão ou de exclusão.

De um ponto de vista das funcionalidades que estas tecnologias permitem, há de facto potencialidades a reconhecer. É possível identificar novos meios para o exercício da cidadania, que não apenas os tradicionais e existem aspectos positivos a ter em conta, destacando-se, no caso específico dos novos media, a interactividade, que marca a principal mudança em relação aos media de massas, tradicionais. Só pela via da interactividade é possível chegar ao envolvimento referido anteriormente, enquanto factor essencial para um efectivo incremento nos níveis de participação individual. E neste âmbito, convém sublinhar que de novo não estamos muito longe dos princípios de toda a filosofia socrática, assente precisamente na mesma interactividade, embora num contexto de co-presença e de diálogo face-a-face. Em Sócrates, o conhecimento só era alcançável pela via da comunicação, pela discussão das ideias, buscando cada interlocutor dentro de si próprio, as respostas para as questões que formulavam. Essa interactividade e conectividade é também o que mais caracteriza, por exemplo, as redes sociais, que serão tanto mais potenciadas quanto mais intensa se tornar a reciprocidade das respostas, designadamente entre os cidadãos e os decisores políticos.

Não ignoramos também as limitações próprias destas tecnologias, desde logo a questão da acessibilidade. Se atentarmos no primeiro artigo presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁴, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, depressa compreendemos que a sociedade informacional preconizada por Manuel Castells¹⁵ ainda não possui os recursos tecnológicos suficientes para consagrar de forma universal este princípio no “mundo online”. Por outro lado, e face à dependência mediática que uma parte cada vez mais significativa da sociedade vive nos nossos dias, deverá a tecnologia ser encarada como um bem fundamental?¹⁶ Se considerarmos como válido o entendimento da sociedade actual como uma sociedade informacional, parece de facto pertinente esta ideia de que a infra-estrutura

¹⁴ Diário da República, 1978: 489

¹⁵ CASTELLS, 2002

¹⁶ PEREIRA, 2011: 19, QUEIROZ, 2011: 32

tecnológica de acesso à informação pode e deve ser, cada vez mais, encarada desta forma. Mas nesse caso, tal como o acesso à Educação é considerado como um direito fundamental na mesma Declaração (Art.º 26.º)¹⁷, é forçoso que o acesso à literacia digital tenha o mesmo tratamento. A literacia digital será, no fundo, o “software” essencial que permite dar usabilidade ao “hardware” que, neste caso, será o acesso universal às infra-estruturas tecnológicas.

Este é um aspecto que consideramos ser da maior importância. Da mesma forma que muitos projectos públicos têm passado pela criação de equipamentos – culturais, desportivos ou de lazer, por exemplo –, sem que seja devidamente acautelada a afectação de meios necessários às suas posteriores dinâmicas de utilização, a generalização das possibilidades de acesso às infra-estruturas tecnológicas não resolve por si mesma o problema do *deficit* democrático, nem tão pouco o afastamento dos indivíduos da esfera pública. Por outras palavras, não bastará a tecnologia para que o *deficit* de participação democrática seja ultrapassado. “A nova tecnologia de informação e comunicação não é por si a causa absoluta e necessária para uma tomada de consciência do cidadão sobre o tipo de participação na política que, numa teoria da democracia participativa, aquele estará preparado para exigir ou para afirmar como seu.”¹⁸

O problema principal permanece assim nas pessoas, não nos meios: “o projecto do Séc. XX foi a criação de técnicas e tecnologias para fazer chegar mensagens a uma vasta audiência. O projecto para este século é chegar ao outro lado da comunicação: desenhar formas mais efectivas e sensíveis de ouvir e compreender os milhões de vozes e acções, para além dos silêncios e inacções, que constituem interacções humanas significativas.”¹⁹ Contudo, não desprezemos os meios, eles representam as ferramentas que facilitam a participação, especialmente num contexto em que a esfera pública também reflecte as alterações sociais. É pela via dos meios tecnológicos que o indivíduo detém, num mundo globalizado, o primeiro requisito necessário à participação, o “poder” participar. Um poder que, contudo, de pouco servirá, se a ele não lhe estiver associado o conhecimento.

LITERACIA DIGITAL, (NOVA?) ESFERA PÚBLICA

A Educação é a pedra de toque fundamental para que se concretize uma passagem do “poder” para a esfera do “saber”, fundamental para a existência de uma esfera pública no conceito de Habermas, e fundamental aliás, tanto no mundo “online” quanto no “offline”. Parece-nos ser também esta a visão de Alcimar Queiroz²⁰ quando distingue “avanço tecnológico” de “progresso tecnológico”. Do seu ponto de vista, se a vertente humanista não acompanhar a infra-estrutura tecnológica, que neste contexto sugerimos que

¹⁷ *Diário da República*, 1978: 491

¹⁸ MORGADO e ROSAS, 2010: 3

¹⁹ COLEMAN e BLUMLER, 2009: 168

²⁰ QUEIROZ, 2011

seja consubstanciada pela adoção de medidas educativas que favoreçam a literacia digital, então estaremos perante um avanço tecnológico, não propriamente um progresso. Apenas, no fundo, uma “fuga para a frente”. A mesma posição é corroborada por Isabel Salema Morgado e António Rosas, que enfatizam a necessidade de se chegar além da possibilidade de acesso à Internet. “Há que ter em conta a questão da literacia informática, o uso crítico das novas tecnologias, e ainda ultrapassar socialmente a dificuldade de acesso a estes conhecimentos básicos de ingresso e uso desta tecnologia, por parte da maior parte dos cidadãos mais idosos, mais pobres ou menos escolarizados das nossas sociedades.”²¹

A educação será também a única forma de lidar com outro problema que decorre da sociedade informacional: um caos de informação que pode ser tão causador de exclusão quanto o próprio acesso, se limitado. Atrevemo-nos a considerar que hoje em dia, através dos *media* e mesmo num contexto de total liberdade de expressão, poderemos estar sujeitos aos riscos do totalitarismo, se o pluralismo que caracteriza os nossos dias for afinal um ruído incessante e impossível de compreender. Por todos estes motivos, e tal como referido anteriormente, se no contexto da sociedade informacional o acesso à tecnologia pode ser considerado como um bem de primeira necessidade, o acesso à educação, especificamente no campo da literacia digital, não deverá ter menor tratamento. São sem dúvida recursos mutuamente essenciais.

E no entanto, *que* Educação? Eventualmente, não esta que temos hoje. Isabel Salema Morgado²² alerta para a necessidade de ser alterado o paradigma da educação, tornando-o mais conducente a uma cultura de participação, ideia também defendida por outros autores, como é o caso de Henry Jenkins: “Uma cultura de participação é uma cultura com obstáculos relativamente baixos à expressão artística e ao envolvimento cívico, com um forte apoio à criação e partilha das criações de cada um, e algum tipo de orientação informal em que o que é do conhecimento dos mais experientes é passado aos mais jovens. Uma cultura de participação é também aquela em que os seus membros acreditam que os seus contributos contam (...)”²³. O problema da hegemonia da mensagem, e do papel por vezes obscuro que os *media* representam, na determinação da agenda, cairá pela base no momento em que cada indivíduo esteja preparado para acolher de forma crítica essa mesma mensagem. A literacia digital tem assim um importante papel a desempenhar na existência de uma esfera pública que novamente se constitua como regeneradora da sociedade.

²¹ MORGADO e ROSAS, 2010: 5

²² MORGADO, 2009

²³ JENKINS, s.a.: 3

A RECONFIGURAÇÃO DOS CONCEITOS DE INDIVÍDUO E DE CIDADÃO. O PROBLEMA DA VONTADE.

Vimos em momento anterior que qualquer indivíduo é caracterizado pela sua complexidade, sendo redutoras quaisquer categorizações que procurem delimitar cada uma das suas vertentes, como se de algo estanque se tratasse. Parece inegável o crescente individualismo que caracteriza os nossos tempos, mas tal como defendia a filosofia platónica, parece também coisa “anti-natural” a ideia de que um indivíduo possa verdadeiramente existir se essa existência não se efectivar no contexto de uma comunidade. “A individualidade só se pode afirmar se tiver como interlocutores outros indivíduos num processo de interacção ininterrupto, a que se chama socialização.”²⁴ O que nos remete para a dimensão ontológica que se considera existir na própria cidadania, o indivíduo não o é apenas enquanto tal. Ele efectiva a sua existência plena enquanto ser social, e afirma a sua individualidade pela via da comunicação e do relacionamento com outros indivíduos, através da linguagem. “É a acção comunicativa, ou seja, relacionamento racional entre sujeitos e todas as suas subjectividades, através da linguagem, que revitaliza a esfera pública num acto privilegiado para a emancipação política, as expectativas desses sujeitos sociais quanto ao futuro da vida em comum.”²⁵ E no entanto, a reconfiguração do indivíduo, no contexto da globalização e dos *media*, traduzida numa crescente ênfase dos valores individuais, torna bem visível e real o afastamento e o desinteresse da coisa pública, facto que não pode ser ignorado. Para que esta tendência seja invertida, consideramos essencial que todos os actores políticos contribuam para uma mudança de paradigma.

No que à vontade de participar na vida pública diz respeito, podemos situar-nos em duas esferas distintas. Por um lado, a dos cidadãos, por outro, a dos políticos. Temos vindo a concentrar-nos sobretudo naquilo que se refere directamente aos indivíduos. Mas há que ter em conta também, tomando por base um sistema democrático, a relação comunicacional estabelecida pela classe política com os seus eleitores. Sublinhámos em momento anterior as potencialidades da Web 2.0 e especialmente a interactividade como elemento essencial, valorizando esta ferramenta tecnológica pela potencialidade de participação que detém. De facto, ao mesmo tempo que estas tecnologias potenciam a comunicação entre cidadãos, potenciam também a comunicação entre estes e a classe política que os representa. Acreditamos que a vontade dos cidadãos em participar será tanto mais estimulada quanto mais forem visíveis os efeitos dessa participação na sociedade. E a esse nível, subjacente aos recursos tecnológicos que facilitam a interactividade entre cidadãos e políticos, deverá estar a vontade de todos em promover, efectivar e traduzir a utilização desses canais de comunicação em acções concretas e relevantes para a vida pública. “Nunca antes na história existiram tantas oportunidades para aceder, comentar e desafiar as autoridades governativas. Mas nunca antes na história, pelo menos na história democrática, o público se sentiu tão frustrado e desapontado pela

²⁴ MORGADO, 2009: 118

²⁵ PEREIRA, 2011: 10

falta de capacidade em fazer alguma diferença nas políticas e decisões do governo.”²⁶ Identificamos desta forma dois problemas distintos: por um lado, o distanciamento do indivíduo do bem comum, a sua concentração em assuntos da sua vida privada e a negligência da “coisa pública” em favor desses assuntos. Mas o distanciamento do político em relação ao cidadão não será, provavelmente, um problema menor, se considerarmos que a esfera pública será tanto mais viva quanto mais presente e plural for o debate público. “A questão então torna-se na seguinte, o que acontece ao debate democrático e à comunicação política numa democracia moderna, se as ligações entre as elites políticas e os cidadãos comuns são gradualmente desligadas? O que é que acontece à formação de opinião? O que acontece à cultura política? E que consequências decorrem para a socialização política, aprendizagem democrática ou para a participação? O que acontece à cidadania se os papéis tradicionais do cidadão forem gradualmente substituídos pela emergência do cidadão individualista?”²⁷

Como considerar hoje a cidadania, face à reconfiguração do indivíduo? Para onde vai a participação? Parece clara a sua indissociabilidade da vertente comunicacional e do debate de ideias, sendo esta uma realidade que não difere em muito de outros contextos históricos. E parece também cada vez mais consistente a ideia, defendida por vários autores²⁸, de que o conceito de cidadania ficará certamente limitado naquilo que ele possa vir a consistir, se nos reduzirmos à ideia de uma participação na vida pública enraizada apenas em aspectos formais. “Nos últimos 30 anos a participação nas políticas formais tem vindo a decrescer, mas os cidadãos têm vindo a participar muito mais em situações informais, não-governamentais e esporádicas. A participação ou não-participação das pessoas é determinada por um conjunto de factores pessoais e ambientais.”²⁹ Acreditamos que, cada vez mais, há que reconhecer o poder da informalidade, assim como o valor efectivo de uma opinião pública que se manifeste através “(...) da canção, da teatralização, e não só da discussão razoada por argumentos e falada por iguais em um mesmo espaço geográfico e/ou linguístico compartilhado.”³⁰, num contexto social em que as práticas culturais adquirem cada vez maior importância. Precisamente porque o mundo evolui no sentido de cada vez mais diversidade, também o conceito de cidadania terá que se adaptar às múltiplas vertentes em que este pode acontecer, hibridizando os conceitos de “homem privado / homem público” ou, tal como nos refere Susana Nascimento, evoluindo para uma “cidadania multidimensional e plural”³¹. Se nos concentrarmos nesta visão mais abrangente do que seja um acto de cidadania (no fundo assumindo a complexidade que identificamos no próprio indivíduo), podemos reconhecer o valor potencial, mesmo que ainda não efectivo, de actos quotidianos como o do consumo, se este for concertado de tal forma que produza impactos políticos e

²⁶ COLEMAN e BLUMLER, 2009: 14

²⁷ ANDERSEN e KRISTENSEN, 2006: 83

²⁸ COLEMAN e BLUMLER, 2009; PEREIRA, 2011; NASCIMENTO, 2003

²⁹ COLEMAN e BLUMLER, 2009: 158

³⁰ PEREIRA, 2011: 21

³¹ NASCIMENTO, 2003: 16

económicos. Como a participação num *chat* ou a socialização com outros através das redes sociais. Mesmo que a Internet seja apenas “um muro de lamentações”³², a verdade é que nunca temos como calcular as potencialidades desse muro, seja ele real ou virtual. E se a lamentação for o primeiro passo no sentido de uma reflexão, de uma aprendizagem, uma tomada de consciência? Se for o primeiro passo para afirmar um descontentamento que ganhe visibilidade e que, através dos *media*, tenha condições de amplificar a sua voz?

Parece contudo evidente que à ideia de cidadania estará sempre associada uma vertente necessariamente prática, algum tipo de intervenção que produza efeitos na sociedade em que se está inserido. Por isso mesmo, a questão fundamental prende-se justamente com a pouca vontade de participação, não obstante a cada vez maior amplitude e abrangência dos meios tecnológicos. É claro que é sempre possível argumentar quanto às limitações desses meios, no que respeita ao número ainda escasso de indivíduos que a eles tem acesso ou, por outro lado, dispõe das necessárias condições de literacia para deles fazer um uso adequado. Parece-nos contudo, sendo esta a argumentação que temos vindo a desenvolver, que o problema é mais profundo ainda: podemos afirmar que hoje em dia há países no mundo onde já não é assim tão irrelevante o elevado número de cidadãos que têm acesso aos recursos tecnológicos e que são digitalmente literatos. Isabel Salema Morgado e António Rosas, citando dados da *Internet World Stats*, dão conta que “(...) a população estimada de utilizadores de Internet, a nível mundial, ultrapassou, em Setembro de 2009, as mil e quinhentas milhões de pessoas e organizações (...)”³³. E no entanto, persiste a ausência de vontade para o assumir proactivo da cidadania. Parece então ser cada vez mais importante e urgente o investimento no que José Manuel de Oliveira Mendes, citando Schudson, refere como uma “infra-estrutura cívica”³⁴. Uma construção que não poderá ignorar o papel fundamental da educação nem tão-pouco a necessidade de reconhecimento, por parte de cada indivíduo, da coisa pública como coisa sua. Um envolvimento que só será efectivo se tiver em conta a complexidade e a diversidade individuais, expressas nas suas múltiplas formas de afirmação: “(...) o indivíduo é um ser social, auto-consciente, criativo, produtivo, reflexivo, cultural, utilizador de linguagem e de símbolos, naturalmente activo, trabalhador, objectivo, corpóreo, vivo, real, sensível, visionário, imaginativo, conceptual, cooperativo, que faz a sua própria história e é capaz de lutar pela liberdade e autonomia.”³⁵.

³² MORGADO e ROSAS, 2010: 6

³³ MORGADO e ROSAS, 2010: 2

³⁴ MENDES, 2004: 151

³⁵ FUCHS, 2003: 43

CONCLUSÃO

No desenvolvimento desta análise situámo-nos numa posição contrária a teorias, por um lado, catastróficas, e por outro lado, apologéticas em relação à tecnologia. Julgamos que nenhuma delas será de especial interesse, se o nosso propósito for reflectir de forma construtiva sobre as novas configurações sociais e os problemas que decorrem do seu desenvolvimento. Da mesma forma que não há indivíduo sem comunidade e vice-versa, a comunicação dos nossos dias assenta na tecnologia, nos media e na internet, não sendo possível contornar esta realidade. Estes meios tecnológicos, por si só, são a chave que abre as portas ao exercício pleno da cidadania? Claramente, não. Mas sem dúvida que são também possuidores de características que em muitos aspectos favorecem esse exercício.

Por outro lado, esta relação umbilical entre o indivíduo e a comunidade leva-nos a acreditar que também a comunidade não sobrevive sem a diversidade e a complexidade dos indivíduos que a constituem. São por isso também bastante estéreis as teorias sociais assentes no individualismo ou no subjectivismo ou, por oposição a estas, no estruturalismo ou funcionalismo.³⁶ Nem a sociedade se resume a uma soma aritmética de indivíduos levando as suas vidas isoladamente, nem tão pouco a globalização cultural, tecnológica, mediática, comprime totalmente o que cada indivíduo tem de diverso. “O ser individual só é possível enquanto ser social, o ser social só é possível enquanto relação de existências individuais.”³⁷ Uma abordagem dialéctica é essencial neste âmbito e por isso mesmo o enfoque na comunicação e nos meios que a consubstanciam é tão importante. A sociedade precisa dos indivíduos, da sua complexidade, diversidade e criatividade, para que se possa desenvolver. Mas é natural que a sua evolução conduza a esfera pública e o exercício da cidadania para novas configurações.

Consideramos especialmente importante sublinhar a ideia de que a participação cívica extravasa as dimensões do poder ou do saber, ou seja, ultrapassa as dimensões tecnológica e educacional. São sem dúvida factores essenciais a esse pleno exercício. É claro que não podemos ignorar a exclusão social que decorre de um acesso limitado às tecnologias de informação e conhecimento, ficando desta forma fortemente limitadas as possibilidades de desenvolvimento da esfera pública na sociedade informacional. E se num momento seguinte, considerarmos utopicamente as faixas da sociedade em que já estejam garantidas todas as condições de acesso aos novos media e a toda a tecnologia disponível para fomentar os canais de comunicação, estaremos perante novo factor de exclusão, se considerarmos as limitações que decorrem de uma baixa literacia digital, ainda muito presente em muitos indivíduos. Mas finalmente, não podemos deixar de evidenciar um problema mais profundo, que nos obriga a olhar precisamente o indivíduo, e que se constitui como um terceiro obstáculo à participação. O que fazer com o indivíduo que podendo e sabendo tudo o que é necessário à participação na vida pública, opta por não o fazer? “Sendo

³⁶ FUCHS, 2003

³⁷ FUCHS, 2003: 37

as estruturas essenciais, se elas não se constituírem por pessoas reais, de carne e osso, com valores relevantes, virtudes e competências, a democracia tornar-se-á apenas num formalismo vazio.”³⁸

Nesta abordagem do problema da vontade, assume particular importância a comunicação e a própria linguagem, como elementos fundamentais para o favorecimento de laços de proximidade entre indivíduos, contribuindo para a construção de uma identidade que também inclua os outros e, mais importante ainda, o bem comum. Não nos parece particularmente relevante se a maior parte dos frequentadores de espaços de discussão tende a procurar a convergência de opiniões, em detrimento da participação noutros espaços de ideias predominantemente divergentes. Parece-nos que o fundamental reside no acto comunicativo em si e é nesse âmbito que as redes sociais podem ter um papel tão importante. Mesmo que na esmagadora maioria das vezes as conversas não sejam particularmente ricas em conteúdo, a verdade é que as pessoas conversam. E neste acto de conversar, pode voltar a surgir o domínio do bem comum, o que não acontecerá certamente na ausência de qualquer diálogo. “É na interacção social, mais do que no domínio técnico da natureza pelo trabalho, é na produção simbólica mais do que na relação dos modos de produção da sociedade, que encontraremos uma hipótese de pensar e de transformar a realidade social. Para Apel, como para Habermas, é na linguagem que se presentifica uma certa ordem social (...).”³⁹ Nessa medida os *media* detêm um papel fundamental a desempenhar na criação de culturas de cidadania, o que nos remete para o questionamento da vontade das próprias estruturas que tutelam os órgãos de comunicação social no assumir desse papel, que pode, em querendo, incluir a transmissão de valores, conhecimento, confiança, espaços, práticas, acções, capacidades, numa palavra, identidades⁴⁰.

A reflexão realizada leva-nos a concluir que é na esfera do “querer” e não tanto nas esferas do “poder” e do “saber” que encontramos a necessidade de adoptar políticas concertadas de envolvimento, construção de identidade, integração e responsabilização dos indivíduos, considerando por fim que é apenas possível desejar que, uma vez criadas todas as condições, a vontade das pessoas efectivamente mude. Porque em última análise, a decisão estará do lado do indivíduo, a esfera pública será tanto mais uma realidade quanto mais significar a existência de sentimentos de pertença a algo que seja comum. A relação entre identidade pessoal e esfera pública está por isso mesmo intrinsecamente dependente da construção deste sentimento de pertença, de relações informais e comunicacionais que favoreçam o surgimento de uma cultura de participação, necessariamente assente na vontade individual.

³⁸ DAHLGREN, 2009: 70

³⁹ MORGADO, 2009: 256

⁴⁰ Corroboramos aqui a argumentação defendida por Peter Dahlgren, aquando da sua presença no ISCTE a 11 de Novembro de 2011, na conferência “Reinventing Participation: Civic Agency and the Web Environment”.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, Johannes e Niels Nørgaard KRISTENSEN (2006), "Between Individualism and Community: On Media Consumption, Political Interest and the Public", *Nordicom Review*, (27), pp. 69-85 (Online).

Disponível em http://www.nordicom.gu.se/common/publ_pdf/242_andersen_kristensen.pdf (acedido em Janeiro de 2012).

CASTELLS, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

COLEMAN, Stephen e Jay BLUMLER (2009), *The Internet and Democratic Citizenship*, Cambridge, C U Press.

DAHLGREN, Peter (2009), *Media and Political Engagement*, Cambridge, C U Press.

FUCHS, Christian (2003), "The Role of the Individual in the Social Information Process", *Entropy*, (5), pp. 34-60 (Online).

Disponível em <http://www.self-organization.org/results/papers/pdf/hsicpaper12.pdf> (acedido em Janeiro de 2012).

GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.

JENKINS, Henry (s.a.), *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century*, The MacArthur Foundation (Online).

Disponível em

http://digitalllearning.macfound.org/atf/cf/%7B7E45C7E0-A3E0-4B89-AC9C-E807E1B0AE4E%7D/JENKINS_WHITE_PAPER.PDF (acedido em Dezembro de 2010).

LIPOVETSKY, Gilles e Jean SERROY (2008), *A Cultura-Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*, Lisboa, Edições 70.

MENDES, José Manuel de Oliveira (2004), "*Media*, públicos e cidadania: Algumas notas breves", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (70), pp. 147-158 (Online).

Disponível em

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10890/1/Media,%20p%C3%BAblicos%20e%20cidadania%20algumas%20notas%20breves.pdf> (acedido em Janeiro de 2012).

MORGADO, Isabel Salema (2009), *Direitos do Homem, Imprensa e Poder*, Covilhã, Livros LabCom (Online).

Disponível em http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110818-morgado_direitos_homem.pdf (acedido em Janeiro de 2012).

MORGADO, Isabel Salema e António ROSAS (orgs.), (2010), *Cidadania Digital*, Covilhã, Livros LabCom (Online).

Disponível em <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/morgado-rosas-cidadania-2010.pdf> (acedido em Janeiro de 2012).

NASCIMENTO, Susana (2003), "Mediaticamente «Homem Público»: sobre a dimensão electrónica dos espaços públicos", *Agora::net – Revista sobre Novos Media e Cidadania*, pp. 1-26 (Online).

Disponível em <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/01.html> (acedido em Janeiro de 2012).

PEREIRA, Lúcia Helena (2011), "Média e Esfera Pública: o valor emancipatório de um conceito", *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Doutoramento do CES / FEUC / FLUC 7*, III, (6), pp. 1-29 (Online).

Disponível em <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n6/documentos/09-LuciaHelena.pdf> (acedido em Janeiro de 2012).

QUEIROZ, Alcimar (2011), "Sobre o avanço, o progresso e a dignidade humana numa sociedade de informação", *CIES e-Working Paper*, (103) (Online).

Disponível em http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/2750/1/CIES-WP103_Queiroz.pdf (acedido em Janeiro de 2012).

RUBIO, Antonio Méndez (2009), "Mediatización y desaparición del espacio público", *Líbero*, (24), pp. 21-30 (Online).

Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6782/6124> (acedido em Novembro de 2011).

Documentos on-line:

Declaração Universal dos Direitos Humanos, **Diário da República**, I Série – Número 57, 9 de Março de 1978, pp. 489-493 (Online).

Disponível em <http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html#1> (acedido em Janeiro de 2012).